

MEMÓRIAS DO CÁRCERE

ANACOSTRA

ANOSTRA

MEMÓRIAS DO CÁRCERE



TORDSILHAS

MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Copyright © 2025 TORDESILHAS

Tordesilhas é um selo da Alaúde Editora Ltda, empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

ISBN: 978-65-5568-180-2

Impresso no Brasil – 1a Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

R175m

1.ed. Ramos, Graciliano, 1892-1953

Memórias do cárcere / Graciliano Ramos ;

ilustração Loren Bergantini. – 1.ed. –

Rio de Janeiro : Tordesilhas, 2025.

ISBN 978-65-5568-180-2

1. Escritores brasileiros - Brasil -

Biografia. 2. Ramos, Graciliano, 1892-1953.

I. Título.

05-2025/167

CDD B869.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Escritores brasileiros : Biografia B869.8

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra foi formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Vendas Governamentais: Cristiane Mutis

Coordenadora Editorial: Mariana Portugal

Produtor Editorial: Marlon Souza

Revisão: Evelyn Diniz; Vinicius Barreto

Aparato: André Caramuru Aubert

Diagramação: Joyce Matos

Designer de Capa: Beatriz Frohe

Ilustração de capa e miolo: Loren Bergantini

Memórias do Cárcere

Graciliano Ramos

André Caramuru Aubert

Assim como o escritor russo Fiódor Dostoiévski oitenta e sete anos antes, Graciliano Ramos também foi preso sem ter cometido crime algum. O russo havia lido em público um panfleto contra o governo, o brasileiro simpatizava com a esquerda que tentara um golpe contra Getúlio Vargas no ano anterior, mas não participou do movimento. Diante de governos ditatoriais, a vida e a liberdade de artistas e intelectuais estão sempre na corda bamba. O consolo é que, enquanto os governos autoritários passam (alguém se lembra do nome do czar que mandou prender Dostoiévski?), as obras que as prisões inspiraram costumam durar bem mais tempo. Dostoiévski transformou os cinco anos que passou na Sibéria no belo e triste romance *Recordações da Casa dos Mortos* (1862), ao passo que Graciliano produziu, sobre os onze meses em que esteve preso, uma das mais importantes obras de memórias em língua portuguesa, *Memórias do Cárcere*.

Graciliano Ramos e a experiência da prisão

Na época em que foi preso, em março de 1936, Graciliano Ramos estava tentando fazer a transição da vida de funcionário público para a de escritor profissional, já tinha dois romances publicados, sendo que o segundo deles, *São Bernardo* (1934), havia sido muito bem recebido pela crítica do Rio de Janeiro (crítica essa que era muito importante na época) e estava fazendo as revisões finais do terceiro, *Angústia*, que viria a ser editado, com a ajuda de amigos, enquanto ele ainda estava na cadeia.

Nascido em 1892, cidade de Quebrangulo, interior de Alagoas, numa família de classe média, Graciliano escreveu desde cedo, colaborando com a imprensa local e até criando um jornalzinho na escola. Mas, no Brasil e em Alagoas do começo do século passado, viver da escrita não era uma opção. O destino típico de alguém com uma origem regional e familiar como a dele era o de se tornar pequeno comerciante, fun-

cionário público ou professor. Graciliano foi, em momentos distintos, as três coisas: ajudou o pai na loja de tecidos, deu aulas e trabalhou para o governo. Quando, em 1914, embarcou para o Rio de Janeiro para tentar a sorte como jornalista, não ficou nem um ano, pois a atividade que se abriu para ele, nos jornais da então capital federal, foi a de revisor – pesada e mal remunerada – e não a de repórter ou colunista.

De volta a Alagoas, Graciliano continuou a escrever para os jornais do estado, trabalhou com o pai na loja de tecidos *A Sincera* e, como era talentoso e disciplinado, começou a ser aproveitado pelos governantes para ocupar cargos de importância crescente. Passou anos trabalhando num romance, *Caetés* e, em 1927, foi “eleito” prefeito da já então importante cidade de Palmeira dos Índios. E, se a eleição foi um evento político típico da República Velha, de candidatura única e apadrinhamento do governador do estado, o eleito era diferente. Procurou moralizar e modernizar a administração, esforçou-se e sofreu com boicotes. Renunciou ao cargo depois de dois anos, e ao final de cada um enviou um relatório ao governador, que são verdadeiras obras literárias e acabaram circulando pelo país. Ao lê-los, no Rio de Janeiro, o editor Augusto Frederico Schmidt decidiu convidar Graciliano a publicar um romance. O inacabado *Caetés* foi retomado, finalizado e, em 1933, editado no Rio de Janeiro, marcando a estreia oficial de Graciliano Ramos na literatura nacional.

Se *Caetés* era – na visão de um crítico abalizado como Alfredo Bosi – “um livro bom, mas não ótimo”, era bom o suficiente para que a carreira pudesse prosseguir. E o romance seguinte, *São Bernardo*, de 1934, já nasceria não apenas mais do que bom, mas um verdadeiro clássico.

Não era possível, no entanto, deixar para trás a vida de funcionário público em Alagoas e passar a viver apenas de literatura e jornalismo no Rio. O principal motivo é que Graciliano tinha uma grande família para sustentar. O primeiro casamento ocorreu em 1915, no mesmo ano do regresso da primeira e fracassada experiência carioca. Dele nasceram quatro filhos, sendo que um acidente no parto da quarta, Maria, em 1920, o deixou viúvo. Em 1928, um novo casamento, e mais quatro filhos. Como um dos filhos, Roberto, morreria ainda bebê, o Graciliano que estreou na literatura com *Caetés* era um homem casado pela segunda vez e pai de sete crianças.

Assim, se o Graciliano Ramos que, no começo de 1936 revisava seu terceiro romance, não estava feliz em seu cargo de Diretor de Instrução Pública (mais ou menos o equivalente, hoje, a secretário estadual de educação), ele não podia nem pensar em abrir mão do emprego. Mas o Brasil estava mudando. Desde a Revolução de 1930, que decretara o fim da República Velha e alçara Getúlio Vargas ao poder, as coisas não eram mais as mesmas. Enquanto as antigas forças políticas tentavam se acomodar à nova situação, novos jogadores e interesses, entravam em campo. Os militares começavam a ter o peso na política nacional, que, ora aumentando, ora diminuindo, têm até hoje. As elites do café paulista, se não sumiram do mapa, foram pesadamente enquadradadas após o fracasso da Revolução de 1932. A extrema direita crescia, inspirada

pelo fascismo italiano e pelo nazismo alemão, com a Ação Integralista Brasileira, a AIB de Plínio Salgado. E a extrema esquerda reagia, com o PCB e a Aliança Nacional Libertadora, que tentaria tomar o poder, numa desorganizada e fracassada tentativa de golpe, em 1935. A única capital em que os revoltosos ensaiaram algum sucesso foi Natal, no Rio Grande do Norte, onde foram “governo” por 48 horas, até que as forças do governo central retomassem o controle da situação.

Diante desse xadrez de múltiplos jogadores, Getúlio Vargas procurava concentrar cada vez mais o poder, retirando a autonomia dos governadores e inclinando-se à direita. O golpe decisivo seria dado em novembro de 1937, quando Vargas implantou o Estado Novo, um regime ditatorial que, com clara inspiração fascista, não só desmobilizou o Integralismo, como cooptou muitos de seus líderes (a ala mais radical da AIB ainda tentaria um golpe contra Vargas em 1938, facilmente debelado). Um ano e meio antes da decretação do Estado Novo, no começo de 1936, a turbulência política reinante ainda não permitia antecipar com segurança quaisquer desfechos, e as movimentações, de um lado e de outro, eram intensas. Ainda que Graciliano Ramos não fosse um militante comunista e não tivesse participado da fracassada revolução da ANL do ano anterior, suas inclinações e simpatias eram conhecidas. Além disso, ele procurava ser um servidor público exemplar e ético, mantendo-se blindado às pressões para fazer nomeações e promoções de pessoas com poucos méritos e muitas relações. Agindo dessa maneira, Graciliano ia, naturalmente, colecionando cada vez mais detratores, alguns por motivos ideológicos – pertencentes ao espectro político da extrema direita, o que mais crescia naquelas vésperas da Segunda Guerra –, e outros, certamente a maioria, por mero interesse ou desejo de vingança.

E assim foi que, em março de 1936, Osman Loureiro, o governador de Alagoas – nomeado por Getúlio Vargas –, mesmo que nada tendo, pessoalmente, contra Graciliano, cedeu às pressões e o demitiu. Sem nenhuma surpresa, a prisão se deu logo no dia seguinte. Graciliano já sabia que seria preso e teve tempo para arrumar com calma a mala e separar algum dinheiro para os imprevistos. O que ele não sabia é que nenhum documento justificaria legalmente a detenção (ele nunca foi acusado formalmente de coisa alguma) e, muito menos, que ficaria quase um ano encarcerado. A expectativa, no começo, era de que a coisa se resolveria logo e que, em dias, ou no máximo, poucas semanas, ele estivesse novamente em liberdade.

A vida de presidiário foi inaugurada em Maceió, num quartel do exército, de onde Graciliano foi transferido, por trem, para o Recife, para outro quartel. Até esse ponto, viveu com razoável conforto e era tratado com bastante deferência pelos militares encarregados dele. As condições começaram a se complicar quando o escritor foi embarcado num velho navio, o *Manaus*, que ele chamava de “calhambeque”, com mais de duzentos outros presos, com destino ao Rio de Janeiro. A maioria dos “passageiros” era composta por ex-revoltosos do Rio Grande do Norte, além de um punhado de curiosos, na primeira classe, que se divertia observando os presos lá embaixo, no porão.

Quase um ano depois, Graciliano, sem muita explicação – assim como ocorreu por ocasião de sua prisão –, foi posto em liberdade. Ele não voltaria mais a viver em Alagoas, passando a morar definitivamente com a família no Rio de Janeiro. *Angústia* foi publicado enquanto ele estava preso, ampliando não apenas seu prestígio como escritor, mas, também, dando munição adicional aos que clamavam por sua liberdade. E, uma vez fora da cadeia, no Rio, Graciliano, agora um escritor renomado, passou a frequentar o círculo da Livraria José Olympio, onde a nata dos escritores e intelectuais daquele período se reunia, e publicava textos nos principais jornais da capital. *Vidas Secas*, seu quarto, último e mais conhecido romance, apareceria em 1938.

Apesar do prestígio crescente, Graciliano, com esposa e sete filhos para sustentar, vivendo no Rio, uma cidade mais cara que Maceió, continuava desesperadamente atrás de dinheiro. E como no Brasil nem as ditaduras parecem ser sérias, em 1939, o governo do Estado Novo, do mesmo Getúlio Vargas que o havia encarcerado, o nomeou – com o devido apadrinhamento de seu amigo Carlos Drummond de Andrade – para um respeitável cargo público, o de inspetor federal de ensino no Rio de Janeiro. Além disso, ele passou a trabalhar também na revista *Cultura Política*, do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo), mais uma imitação getulista de iniciativas fascistas europeias. Ainda que ele não escrevesse artigos políticos, fazia revisão de texto e produzia algumas matérias não comprometedoras sobre o folclore nordestino.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, Graciliano Ramos pôde assumir oficialmente suas preferências políticas, filiando-se ao PCB. Dali em diante viriam viagens, palestras, atuação política em defesa de escritores, contos, crônicas e memórias. Mas nenhum novo romance. Escritor gigantesco, o Graciliano romancista foi autor de apenas quatro romances. Algum tempo depois de sair da prisão, ele começou a rever as notas que fizera enquanto estava preso e começou a escrever *Memórias do Cárcere*. Este livro – sua obra mais volumosa – estava quase terminado quando, com apenas sessenta anos de idade e vinte de carreira literária, um câncer de pulmão tirou sua vida. A história da vida de Graciliano enquanto prisioneiro, que começa no dia da demissão do cargo no governo de Alagoas, até os últimos dias na cadeia, é a que o leitor conhecerá no livro que tem em mãos.

Memórias do Cárcere

As pessoas que consideram *Memórias do Cárcere* a obra-prima de Graciliano Ramos têm um ponto. Este livro é, ao mesmo tempo, o mais peculiar e o melhor exemplo da maestria de Graciliano como escritor. Explico: por um lado, ao contrário de seus relativamente magros romances, este livro é um catatau de mais de seiscentas páginas, no qual o tempo flui muito mais lentamente do que em seus romances. Por outro lado, aqui estão tanto o hábito de separar a narrativa em capítulos curtos, quanto, o que é mais importante, a maior marca registrada dos textos do autor: escrita limpa, precisa, quase cirúrgica, econômica no uso de adjetivos.

O livro é dividido em quatro partes (somadas, formam um livro maior do que os quatro romances de Graciliano). Na primeira parte, “Viagens”, está o relato da demissão do cargo de diretor de Instrução Pública, do momento da prisão, dos quartéis de Maceió e do Recife, e o dia a dia no fétido porão navio que o levou, com muitos outros presos, para o Rio de Janeiro. Aqui, Graciliano consegue transmitir ao leitor todo o desconforto, a falta de higiene e o tédio da longa viagem forçada no porão do navio. Aí começaram os problemas que abalariam seriamente, nos meses seguintes, a saúde do escritor. Graciliano não suportava a comida do navio, quase não se alimentava, ao passo que fumava feito uma chaminé; a voracidade com que acendia um cigarro atrás do outro, ficando até mesmo, numa das primeiras noites em alto mar, desesperado com a escassez de palitos de fósforo, está descrito num capítulo de, literalmente, tirar o fôlego.

Na segunda parte, “Pavilhão dos Primários”, Graciliano revê o período passado na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, quando novos personagens entram na história. Apesar da luta infrutífera contra os infernais percevejos, a situação era bem menos ruim do que no navio. Aqui, um dado interessante está nas pessoas que Graciliano iria conhecer. O título se refere ao prédio específico para onde ele foi transferido, considerado melhor do que a cadeia para presos comuns ou perigosos. Além disso, o tédio era menor, até devido às “companhias”. Diferentemente dos presos que vieram com ele do Nordeste de navio, em sua grande maioria revoltosos brasileiros e, principalmente, norte-rio-grandenses, nas prisões cariocas estava a elite da esquerda brasileira, parte da intelectualidade e não poucos europeus e latino-americanos. Eram os casos, entre outros, do genial humorista Aparício Torelly, o “Barão de Itararé” (que, de tanto apanhar da polícia, escrevera na porta de seu escritório a célebre frase “entre sem bater”), do argentino Rodolpho Ghioldi (um dos mais importantes dirigentes comunistas na América Latina), do brasileiro Agildo Barata (ao lado de Luís Carlos Prestes, o principal dirigente comunista no Brasil), de Nise da Silveira (a psiquiatra que revolucionaria o tratamento mental em nosso país), de Elisa Berger e de Olga Benário. Estas duas últimas, alemãs, eram agentes do Komintern, a agência soviética responsável por “exportar” revoluções, e vieram ao Brasil para fazer justamente isso. Aqui, Olga se casou com Prestes, e Elisa Berger (cujo nome verdadeiro era Elise Sabrowsky Ewert) era esposa de outro membro do Komintern, Arthur Ewert, também preso. Olga e Elisa seriam torturadas pela polícia de Filinto Muller, o “Himmler” do Estado Novo e, alguns anos depois, deportadas para a Alemanha nazista, onde foram enviadas a campos de concentração e, por fim, executadas, Elisa aos 32 anos, em Ravensbruck, e Olga, aos 34 anos, em Bernburg após dar à luz Anita Leocádia, sua filha com Prestes (a vida de Olga Benário, com todo o contexto que envolveu a fracassada revolução comunista de 1935, foi magistralmente contada por Fernando Morais em *Olga*, editado pela primeira vez pela Alfa-Ômega em 1985.).

Foi nessa ocasião que Ghioldi, ao voltar de um interrogatório na sede da polícia, levou a Graciliano um recado do editor José Olympio, transmitido por Jorge Amado

(também preso, mas em outro local), dispendo-se a publicar imediatamente *Angústia*, o terceiro romance de Graciliano, aquele no qual ele dava os polimentos finais quando foi preso e, melhor ainda, oferecendo um muito bem-vindo adiantamento sobre as vendas. Foi aí, também, que Graciliano descobriu, inicialmente assustado, que sua mulher havia se mudado para o Rio com as crianças e que iria visitá-lo na prisão. Nas visitas semanais que ela fazia, de meia hora cada, sempre que as autoridades permitiram, Graciliano se inteirava do que acontecia lá fora. Ele ainda não tinha como saber, mas, dali em diante, a vida da família seria definitivamente no Rio. Alagoas, nunca mais.

As relativamente boas condições prisionais no Rio de Janeiro – exceto, entre outras coisas, pelos insaciáveis percebejos – não tardariam a piorar, pois Graciliano acabou sendo transferido para o temido presídio de Dois Rios, o nome oficial do presídio de Ilha Grande, na baía de Angra dos Reis, onde viveria cerca de um mês numa situação muito mais precária. E aqui chegamos à terceira parte do livro, “Colônia Correccional”. Mais uma vez, não houve qualquer explicação para a transferência. A Ilha Grande, um presídio notoriamente insalubre, era originalmente destinado a presos comuns de alta periculosidade e considerados irre recuperáveis. Logo na recepção, o oficial anunciou aos recém-chegados: “Vocês não estão aqui para se recuperar, mas para morrer”. Por que um escritor, pai de sete filhos, de saúde frágil e que jamais se envolvera em qualquer atividade perigosa para quem quer que fosse, foi enviado para Ilha Grande? Essa era uma pergunta que não podia ser respondida, então, não pode hoje, nem jamais poderá.

Graciliano já chegou à Colônia Correccional em péssimas condições. Abatido pela viagem de navio de Recife até o Rio, os meses de prisão, a alimentação ruim e o excesso de cigarros, ele, para começar, quase não conseguiu fazer a trilha de cerca de doze quilômetros que separava a Vila do Abraão, onde os presos desembarcavam, e o presídio, que ficava do outro lado da ilha. Uma vez “instalado”, as condições não tinham como melhorar, e ele foi ficando com a saúde cada vez mais debilitada. Apenas dois exemplos do inferno vivido ali: durante todo o tempo de permanência, teve direito a um único banho; e viveu sob a ameaça permanente de uma cirurgia de emergência que, caso ocorresse, seguramente o teria matado. Poderia chamar a atenção do leitor de hoje o fato de, em nenhum momento, haver qualquer referência às belezas naturais de Ilha Grande, hoje um paraíso turístico, mas, para Graciliano e seus companheiros de prisão, simplesmente o inferno. Outro contexto, outras percepções. Fora isso, Graciliano provavelmente não sabia – caso contrário, certamente teria mencionado, até como consolo – que numa daquelas trilhas de Ilha Grande, nascera, oitenta e cinco anos antes, Júlia da Silva Bruhns, a filha de um fazendeiro local que seria a mãe do escritor alemão Thomas Mann.

Graciliano chegou a pensar que – assim como viu acontecer com alguns companheiros de prisão – não sairia vivo de lá. Mas, depois de algum tempo, mais uma vez se fez presente a pressão de amigos, liderados pelo também escritor José Lins do

Rego, e Graciliano logo seria transferido de volta para o Rio de Janeiro. A fidelidade do então já renomado autor de *Menino de Engenho* a Graciliano Ramos mereceria um capítulo à parte. José Lins, mesmo que politicamente à direita de Graciliano – chegou a ser integralista na juventude – lutou incansavelmente pela liberdade e pela publicação dos livros de seu amigo.

Ainda sobre Ilha Grande, vale ressaltar um dado curioso. Algo muito temido pelos presos políticos em geral, que era o convívio com os perigosos presos comuns da Colônia Correcional de Dois Rios, foi coisa que muito divertiu Graciliano, rendendo algumas boas e bem-humoradas histórias. A saída de Ilha Grande, com o retorno ao Rio de Janeiro, para um novo e mais civilizado presídio, é o que está descrito em “Casa de Correção”, a quarta parte de *Memórias do Cárcere*. Não é exagero dizer que Graciliano provavelmente não teria sobrevivido muito mais tempo em Ilha Grande, tão precárias estavam suas condições físicas. Ele mesmo admite, no livro, que já estava quase se conformando com a ideia de morrer e ser enterrado ali.

Mas um enterro no cemitério para os presos não foi, felizmente, o que aconteceu. Depois de novamente quase morrer na trilha, no caminho de volta entre o presídio e a Vila do Abraão, Graciliano embarcou na lancha, desembarcou em Mangaratiba e, de lá, foi conduzido, de trem, para a capital federal. Estava muito mal, mas vivo. E, de volta ao Rio de Janeiro, o escritor foi, pouco a pouco, recuperando a saúde. Na realidade, de todo o período em que ficou preso, esta última passagem, pela “Casa de Correção”, foi o menos pesado. Um diretor e vigias benevolentes se esforçavam para que os presos políticos vivessem em boas condições, preocupando-se com a saúde, a alimentação, as visitas, e fechando os olhos para pequenas transgressões deles. Ali, também, o reencontro com bons amigos do “Pavilhão dos Primários”, como Nise da Silveira e Aparício Torelli, o Barão de Itararé, e a alegria – também por conta do alívio monetário – de ver *Angústia* impresso e recebendo boas resenhas. E, finalmente, de novo com o apoio dos amigos lá de fora, pela primeira vez Graciliano receberia a visita de um advogado, o célebre Sobral Pinto, mas o livro termina sem que Graciliano tenha, por assim dizer, visto a luz do sol em liberdade.

Faltava, pelo que dizem as versões oficiais, um capítulo, justamente o da saída da prisão, ainda que o leitor possa desconfiar que o desfecho mereceria um pouco mais que apenas um capítulo. De qualquer forma, Graciliano estava morto, e quem se incumbiu de escrever o fecho de *Memórias do Cárcere* foi Ricardo Ramos, o filho mais velho do segundo casamento do pai, que seria, também ele, um escritor respeitado.

Não sabemos se Graciliano não pôde ou, de alguma maneira, não quis terminar estas *Memórias*. O que se sabe é que ele passou anos escrevendo e reescrevendo, afinal havia menção, no livro, a pessoas ainda vivas, algumas atuando politicamente, e Graciliano temia melindrá-las ou, pior, prejudicá-las. E a edição do livro não esteve livre de polêmicas. *Memórias do Cárcere* foi editado, houve quem, a começar pelo então respeitadíssimo crítico Wilson Martins, afirmasse que o livro havia sido pesadamen-

te censurado pelo Partido Comunista – daí talvez a demora para ser publicado, as tantas reescritas, a ausência do capítulo final –. A viúva e os filhos negaram veementemente as acusações, que em alguns casos chegavam a dizer que alterações no texto teriam sido feitas à revelia do então já falecido autor.

Se parecem claramente exageradas as acusações de adulteração no texto original – até porque o estilo límpido de Graciliano salta à vista em cada linha deste livro –, não parece tão improvável que o PCB tenha censurado e obrigado Graciliano a fazer cortes e modificações e, com isso, atrasar a conclusão da obra. Os anos de radicalização política anteriores à Segunda Guerra foram substituídos por outra radicalização, a da Guerra Fria. Antes, a disputa era entre nazifascistas de um lado e comunistas e democratas de outro; agora, era entre Estados Unidos, União Soviética e seus respectivos satélites. No Brasil, o PCB tentava se impor como a única voz legítima da esquerda e, naquele contexto belicoso, nada que seus membros fizessem poderia estar fora das orientações do partido.

Graciliano Ramos era sério, comprometido e com espírito livre. Ainda que um assumido admirador da União Soviética, não se percebe, neste livro – e em nenhuma outra obra dele – qualquer traço de propaganda política disfarçada de arte. Ou seja, está claro que ele não escreveu, nem escreveria, uma linha sequer de literatura “por encomenda” do PCB, assim como não o fez, para a direita, quando trabalhou na revista *Cultura Política*, do Estado Novo. Mas isso não quer dizer que não tenha eventualmente cedido às pressões para mudar uma frase aqui ou ali, ou o depoimento sobre esta, ou aquela personagem. O mais provável, contudo, é que jamais saibamos a verdade, até porque, se houve, esse tipo de pressão não costuma ser registrada por escrito, e todos os possíveis protagonistas já estão mortos há um bom tempo. Mas, ainda que essa questão ainda preocupe alguns estudiosos, não deveríamos levar o debate tão a sério. Afinal, se não sabemos o que *Memórias do Cárcere* poderia, eventualmente, ter sido, sabemos o que ele é. E ele é, nada mais, nada menos, do que um verdadeiro monumento literário.

Quando *Memórias do Cárcere* foi publicado, alguns meses após a morte do autor, o sucesso foi imediato. Até que, anos depois, *Vidas Secas* passasse a ser visto como um dos maiores clássicos da literatura brasileira, tornando-se praticamente sinônimo de Graciliano Ramos, foram estas lembranças da prisão, o livro mais celebrado do romancista alagoano. A tiragem inicial, de 10.000 exemplares, foi, de longe, a maior dele até então (*Angústia* saíra com 2.000). Pela primeira vez, uma primeira edição de um livro dele rendia algum dinheiro de verdade. Se estivesse, do céu, olhando para a terra, Graciliano ficaria feliz: sempre correndo atrás de dinheiro para o sustento da esposa e dos filhos, pela primeira vez, e finalmente, os direitos autorais de um livro seu iriam de fato ajudar a família. E não foi apenas a vendagem. Apesar de aqui ou ali terem surgido vozes dissonantes, lideradas pelo desconfiado Wilson Martins, a resposta da crítica a *Memórias do Cárcere* foi quase unanimemente positiva. Não deve-

ria ser diferente. Este livro traz ingredientes que, em combinação, não teriam como resultar em outra coisa que não uma obra-prima. Em primeiro lugar, temos aqui o registro sensível, acurado e dramático do que era a vida de um preso político numa prisão do Brasil da década de 1930; em segundo, há o fato desse registro ter sido feito com a precisão cirúrgica, contida e pouco adjetivada que caracterizava o estilo único de Graciliano. E finalmente, em terceiro lugar, devemos levar em conta que, pela primeira e única vez em sua carreira, Graciliano produziu, de forma brilhante, um texto lento, reflexivo, fazendo-nos, a nós leitores, sentir o tempo tedioso e opressivo da prisão quase que dia a dia, hora a hora, minuto a minuto.

A literatura brasileira já produziu uma bela biblioteca de obras memorialísticas. No topo da pirâmide, contudo, será justo pensar que estão apenas duas obras: a monumental coleção de Pedro Nava, que cobre um longo período e muitas geografias, e estas *Memórias do Cárcere*, que cobrem muito menos tempo e pouquíssima geografia. Mas que o fazem com uma grandiosidade de alma, de drama e de reflexões que a tudo ampliam, que comovem, que tiram o fôlego.

Cronologia

13

MEMÓRIAS DO CÁRCERE

1892 – Nasce, em 27 de outubro, Graciliano Ramos de Oliveira, em Quebrangulo, interior de Alagoas, filho de Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ramos, primogênito dos dezesseis filhos do casal.

1900 – A família se muda para Viçosa, em Alagoas, cidade futuramente escolhida como cenário de *São Bernardo*. Nos anos seguintes, Graciliano começará a colaborar esporadicamente com jornais e revistas literárias, como o *Jornal de Alagoas* e *O Malho*.

1910 – Nova mudança familiar, agora para Palmeira dos Índios, também em Alagoas.

1914 – Graciliano viaja para o Rio de Janeiro, onde trabalhará como revisor em três jornais: *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*, além de colaborações eventuais para o jornal *Paraíba do Sul*, órgão do interior do Rio.

1915 – Regresso a Palmeira dos Índios, onde vai trabalhar com o pai na loja de tecidos *A*

Sincera. Casamento com Maria Augusta de Barros.

1917 – Assume a loja de tecidos no lugar do pai.

1920 – Morte da esposa após problemas de parto, deixando Graciliano com os filhos pequenos Márcio Ramos (n. 1916), Júnio Ramos (n. 1917), Múcio Ramos (n. 1919) e Maria Ramos (n. 1920). Continua a colaborar com jornais.

1925 – Começa a escrever *Cactés*, que, no entanto, não terminará tão cedo.

1926 – Primeiro cargo público, responsável pela educação municipal de Palmeira dos Índios.

1927 – Eleito prefeito de Palmeira dos Índios, em eleição de candidato único.

1928 – Toma posse como prefeito de Palmeira dos Índios. Casa-se, em Maceió, com Heloísa de Medeiros, com quem terá quatro

filhos: Ricardo (1929), Roberto (1930), Luísa (1931) e Clara (1932). Roberto falecerá com seis meses de idade.

1929 – Envia o primeiro relatório de sua gestão como prefeito ao governador de Alagoas. Termina a versão inicial de *Caetés*.

1930 – Envia o segundo relatório ao governador. Renuncia ao cargo de prefeito e muda-se para Maceió, onde é nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado. Continua a colaborar com a imprensa. Em outubro, na chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas derruba o governo de Washington Luís, dando fim à República Velha.

1932 – Demite-se do cargo de diretor da Imprensa Oficial e regressa à Palmeira dos Índios. Começa a escrever *São Bernardo*.

1933 – Volta a Maceió, onde é nomeado Diretor da Instrução Pública do Estado (o equivalente, hoje, a Secretário da Educação). Incentivado por Augusto Frederico Schmidt, revisa e publica *Caetés*.

1934 – Publica *São Bernardo*. Começa a escrever *Angústia*, seu terceiro romance.

1935 – Em outubro, tentativa frustrada de golpe comunista, liderada pela Aliança Nacional Libertadora com apoio do PCB, que ficaria conhecido como “Intentona Comunista”.

1936 – Enquanto fazia as revisões finais em *Angústia*, é demitido do cargo de Diretor da Instrução Pública, sendo preso, sem uma acusação formal, no dia seguinte. Ainda que simpatizante do PCB, Graciliano não era filiado ao partido e nem tomou parte na chamada “Intentona Comunista”, organizada pela ANL no ano anterior. Preso, é levado inicialmente para o Recife, e de lá para o Rio de Janeiro, onde ficará detido no presídio na Ilha Grande. Com o apoio de amigos do autor, *Angústia* é publicado no Rio.

1937 – É libertado da prisão após onze meses e nenhuma acusação. Passa a viver no Rio de

Janeiro. Publica *A terra dos meninos pelados*, que recebe o prêmio de Literatura Infantil do Ministério da Educação. Em novembro, Getúlio Vargas lidera um novo golpe de estado, radicalizando o caráter ditatorial de seu governo, inaugurando o chamado “Estado Novo”.

1938 – Graciliano publica *Vidas Secas*, seu quarto e último romance.

1939 – É nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário no Rio de Janeiro.

1940 – 1944 – Publicações variadas, traduções, colaborações.

1945 – Publicação do livro de memórias *Infância* e do livro de contos *Dois dedos*. Em novembro, Getúlio Vargas é derrubado, encerrando-se o Estado Novo. A democracia é restaurada e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é colocado na legalidade. Graciliano filia-se ao PCB.

1946 – Publicação do livro de contos *Histórias Incompletas*. Começa a escrever *Memórias do Cárcere*.

1947 – Publicação do livro de contos *Insônia*.

1948 – 1950 – Publicações variadas. Traduz o romance *A Peste*, de Albert Camus.

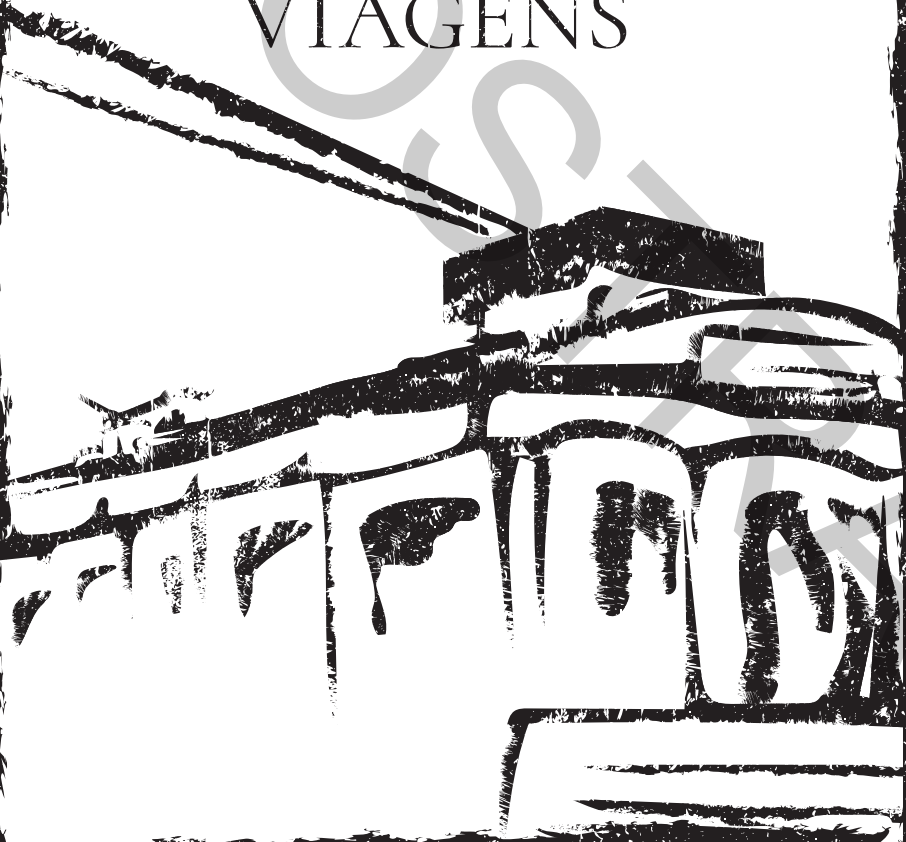
1951 – Torna-se presidente da AIE – Associação Brasileira de Escritores, de forte influência do PCB.

1952 – Viaja à Europa, visitando a então União Soviética, a Tchecoslováquia, a França e Portugal.

1953 – Morre no Rio de Janeiro, no dia 20 de março, vítima de um câncer no pulmão. Publicação póstuma de *Memórias do Cárcere*, deixado sem terminar e com um último capítulo assinado pelo filho de Graciliano, o também escritor Ricardo Ramos. Outras obras ainda seriam publicadas postumamente nos anos seguintes, como *Viagem* (1954), *Viventes das Alagoas* (1962) e *Linhas Tortas* (1962).

I

VIAGENS





Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos — e, antes de começar, digo os motivos porque silencieiei e porque me decido. Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?

Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária. Certos escritores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade — talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício.

Os homens do primado espiritual viviam bem, tratavam do corpo, mas nós, desgraçados materialistas, alojados em quartos de pensão, como ratos em tocas, a pão e laranja, como se diz na minha terra, quase nos reduzimos a simples espíritos. E como outros espíritos miúdos dependiam de nós, e era preciso calçá-los, vesti-los, alimentá-los, mandá-los ouvir cantigas e decorar feitos patrióticos, abandonamos as tarefas de longo prazo, caímos na labuta diária, contando linhas, fabricamos artigos, sapecamos traduções, consertamos engulhando produtos alheios. De alguma forma nos acanalhamos. Por que foi que um dos meus livros saiu tão ruim, pior que os outros? Pergunta o crítico honesto.

E alinha explicações inaceitáveis. Nada disso: acho que é ruim porque está mal escrito. E está mal escrito porque não foi emendado, não se cortou pelo menos a terça parte dele.

Aqui findo o resumo dos empecilhos até hoje apresentados à narração que inicio. Terão eles desaparecido? Alguns se atenuaram, outros se modificaram, determinam o que impediam, converteram-se em razões contrárias. Estarei próximo dos homens gordos do primado espiritual? Poderei refestelar-me? Não, felizmente. Se me achasse assim, iria roncar, pensar na eternidade. Quem dormiu no chão deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze. Contudo é indispensável um mínimo de tranquilidade, é necessário afastar as miseriazinhas que nos envenenam. Fisicamente estamos em repouso. Engano. O pensamento foge da folha meio rabiscada. Que desgraças inomináveis e vergonhosas nos chegarão amanhã? Terei desviado esses espectros? Ignoro. Sei é que, se obtenho sossego bastante para trabalhar um mês, provavelmente conseguirei meio de trabalhar outro mês. Estamos livres das colaborações de jornais e das encomendas odiosas? Bem. Demais já podemos enxergar luz a distância, emergimos lentamente daquele mundo horrível de treva e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando.

O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquentava. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meios confusas — e não vejo inconveniência em mostrá-los. Alguns reclamam a tarefa, consideram-na dever, oferecem-me dados, relembra figuras desaparecidas, espicaçam-me por todos os meios. Acho que estão certos: a exigência se fixa, domina-me. Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertados nelas como em estojos. Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados. E quando isto não foi possível, às vezes me acusei. Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação. Não ofenderei, suponho. E, refletindo, digo a mim mesmo que, se isto acontecer, não experimentarei o desgosto. Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão — e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias. Realmente há entre os meus companheiros sujeitos de mérito, capazes de fazer sobre os sucessos a que vou referir-me obras valiosas. Mas são especialistas, eruditos, inteligências confinadas à escrupulosa análise do pormenor, olhos afeitos a investigações em profundidade. Há também narradores, e um já nos deu há tempo excelente reportagem, dessas em que é preciso dizer tudo com rapidez. Em relação a eles, acho-me por acaso em situação vantajosa. Tenho exercido vários ofícios, esqueci todos, e assim posso mover-me sem nenhum constrangimento. Não me agarram